

Cultura escolar nacionalizada - Ginásio Aurora (1938-1945)

*Ana Laura Tridapalli**

Resumo

Este artigo tem como mote central a cultura escolar praticada no Ginásio Aurora pelos Irmãos Maristas durante os anos de 1938 a 1945. No Brasil, este período ficou conhecido como Estado-Novo, caracterizado por uma política nacionalizadora. Os Irmãos Maristas, através de seu currículo, colocaram em prática tal política, mostrando sua aproximação com os governos federal e estadual. A cultura escolar nacionalizada pode ser verificada pela introdução de novas disciplinas como História do Brasil, Canto Orfeônico, Religião e Educação Física, e também pela grande preocupação na organização de festas cívicas como o Sete de Setembro e o Dia do Soldado.

Palavras-chave: Nacionalização, Cultura escolar, Irmãos Maristas, Ginásio Aurora.

A data de fundação do Colégio Aurora se dá em 1º de outubro de 1928, nas terras de Santelmo, que atualmente pertencem ao município de Caçador. A idealização e abertura desse educandário coube ao casal de imigrantes italianos, Dante Mosconi e Albina Bortolotti Mosconi. Após uma curta passagem pelo Estado do Rio Grande do Sul, o casal que desembarcara no Brasil em 1923, migra para Caçador. Na época, Caçador não era um município, e as terras ainda eram pouco habitadas. A região figurava no antigo território contestado pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.

No início funcionava no colégio apenas o curso primário, os recursos eram poucos, e o próprio espaço físico era precário. Porém, em 1930 ergue-se um novo prédio de madeira, que passará a abrigar alunos em regime de internato. Essas modificações na estrutura ocasionaram o pedido de equiparação dos Cursos Ginásial e Normal.

Mesmo com poucas condições, o casal Mosconi conseguiu formar diversos alunos, sendo que estes não pertenciam somente à localidade de Caçador, mas sim de toda a parte do meio Oeste Catarinense, inclusive de cidades do Rio Grande do Sul e do Paraná. Por tudo isso, este casal ainda é muito lembrado pela população local, e os ex- alunos ainda agradecem ao corajoso esforço de seus primeiros professores.

Todavia, além da escassez financeira que o casal vinha enfrentando, um outro fator de maior relevância fez com que Dante Mosconi fosse obrigado a vender o seu colégio: a questão da nacionalização do ensino proposta pelo governo Vargas. Nesse contexto, Dante e Albina Mosconi foram proibidos de continuar à frente da sua instituição, pois se negaram a naturalizarem-se brasileiros. Muito interessante a resposta de Dante Mosconi ao ser perguntado pelo então interventor Nereu Ramos, o porquê da negativa: “Como poderei ensinar patriotismo aos meus alunos , se renegar a minha Pátria?” (RAISEL, 1984, p.12).

Já em 1936, os Irmãos Maristas, vindos do Rio Grande do Sul, mostram interesse em comprar o ginásio, iniciando as negociações. A congregação dos Irmãos Maristas se fixou no Rio Grande do Sul

desde o início do século XX, lá fundaram muitos colégios e instituições ligadas ao ensino, como o Colégio Santa Maria e o Colégio do Rosário, em Porto Alegre.

Há muito já se via a intenção desses irmãos se expandirem pelo território catarinense e também paranaense. Como escreve Riolando Azzi:

Essa expansão da obra foi o resultado do projeto visando à consolidação da obra marista tanto na região paulista como no extremo sul do país. Para isso era necessária a arregimentação de vocações nativas, que viessem substituir progressivamente o contingente Europeu, prevalentemente francês (AZZI, 1997, p. 409).

A Congregação dos irmãos Maristas tem sua origem na França no início do século XIX com Marcelino Champagnat, explica-se assim, a maior parte dos irmãos serem desta nacionalidade. Porém, a questão do estrangeirismo, neste momento, não será um entrevero para que os irmãos assumam a direção do Ginásio Aurora.

O presente artigo tem como objetivo analisar o Ginásio Aurora sob a direção da Congregação dos Irmãos Maristas, procurando perceber a “cultura escolar” por eles instituída. Entende-se cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p.9). O estudo abrange os anos de 1938, quando da compra do colégio pelos Irmãos, a 1945, ano que marca o fim do regime estadonovista brasileiro.

A obra de nacionalização do Ginásio Aurora

O Irmão Tomaz de Vilanova, da Congregação dos Irmãos Maristas, diretor do Ginásio Municipal Aurora, da cidade de Caçador, neste Estado, solicita respeitosamente que lhe seja mantida a subvenção dos anos anteriores de seis contos de reis (6:000\$000), em virtude da obra de nacionalização que o Ginásio Aurora faz na população desta zona do rio do Peixe. O Ginásio mantém gratuitamente onze alunos internos, de

origem italiana, que no convívio com colegas brasileiros aprendem a amar a terra em que nasceram (CORRESPONDÊNCIA...,1941).

Este excerto compõe a correspondência expedida pelo diretor do Ginásio Aurora ao então interventor do estado de Santa Catarina, Nereu Ramos. Como ficou explicitado, o irmão-diretor requer que o governo do estado mantenha, ao seu Ginásio, a subvenção de seis contos de réis. Todavia, o fragmento de maior valor, que salta aos olhos, é o trecho em que o irmão faz referência à obra de nacionalização que o seu estabelecimento de ensino produz na população do rio do Peixe.

Ora, pode-se ver que a correspondência data de 1941, ano em que o Brasil vivia sob o regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas implantado em 1937, que ficou conhecido como Estado Novo. Este regime autoritário teve como meta principal a política de nacionalização do estado brasileiro. Um Estado que, até então, era formado por muitas nacionalidades, devido às constantes imigrações que se avolumaram, principalmente a partir do século XIX. Nesta perspectiva, a região sul do Brasil torna-se o centro de tal política, haja vista que a sua população era composta por uma grande quantidade de imigrantes europeus, na sua maioria alemães, italianos e poloneses.

Para Getúlio Vargas, a formação de uma homogeneidade, e principalmente de uma identidade brasileira, vai se concentrar no campo educacional, sendo este o responsável pela constituição do novo cidadão brasileiro. Neste sentido, escreve José Baia Horta, (1993, p.293) “(...) a partir de 1937, o Estado fixa um objetivo bem preciso para suas intervenções: utilizar a educação como instrumento para inculcar na infância e na juventude os princípios do Estado Novo e como arma ideológica”.

Sendo assim, a política de nacionalização chega também ao estado de Santa Catarina, tendo na figura do interventor federal Nereu Ramos o seu principal comandante. Neste período, muitas escolas

foram fechadas nas áreas de colonização italiana e alemã. Professores foram impedidos de lecionarem, justamente pelo fato de não saberem corretamente o idioma nacional.

Esta política extremamente autoritária não se restringiu apenas às escolas, mas proibiu também o uso dos idiomas estrangeiros no próprio cotidiano das colônias imigrantes. Ocasionalmente não só um desconforto, mas também certo medo, que invadiu a vida daquelas pessoas, haja vista as constantes perseguições não só do poder público mas da própria sociedade, que passou a tratá-las como desiguais, diferentes, estrangeiros na terra que adotaram como sua.

Essa intolerância, no entanto, não se verificou no Ginásio Aurora. Seu diretor, Tomaz de Vilanova, que tinha como nome de batismo Alberto Henrique Abel Lefivre, sendo de nacionalidade francesa, e então estrangeiro, conseguia em 1941 estabelecer um diálogo com o senhor Nereu Ramos, chefe do estado. Mais curioso ainda é que na carta se encontra um pedido de subvenção a um estabelecimento dirigido por um estrangeiro. De acordo com os documentos pesquisados, não se pode confirmar se o colégio recebeu a quantia requerida, porém o que fica claro, nestes escritos, é que a Congregação Marista mantinha uma boa aproximação com o governo estadual.

A boa relação entre governo estadual e Congregação Marista, confirma-se no Relatório de visita ao interventor em 1938. Os Maristas, vindos da Província do Brasil Meridional, com sede no Rio Grande do Sul, recentemente haviam adquirido em terras catarinenses o Ginásio Aurora, na cidade de Caçador. A visita a Nereu Ramos - que a princípio tinha como finalidade solucionar alguns problemas de ordem burocrática do Ginásio - tomou outros rumos. Quando da conferência com o interventor, o irmão, que não é identificado, fica surpreso com o convite destinado à Congregação, e escreve na carta:

Ahi, a S. Excia. me perguntou si estava contente com os personagens os quaes tinha tratado até então? Surpreza. Naturalmente declarei o meu encanto com tanta afabilidade e tanta nobreza de trato. Agora me diz o Governador, é o

Snr. que defendeu a sua causa, mas agora em deante, é o Governador que pede os favores dos Irmãos Maristas. Quero proteger os meus Irmãos e dar-lhes garantias absolutas dentro de meu Estado. Quero que elles venham aqui para Florianópolis, trabalhar ao meu lado com o mais amplo amparo do Governo e minha absoluta proteção. Tenho aqui uma obra grandiosa (Abrigo de Menores desamparados). (...) Esta obra eu dediquei aos Irmãos Maristas. Diga ao seu Superior que não me desampare, quero Irmãos, custe o que custar (RELATÓRIO..., 1938, p.5).

Elucidativas palavras, que vêm corroborar a grande “amizade” entre estas duas personagens, o governador e a Congregação. Mas também se percebe a manobra praticada por Nereu Ramos, no intuito de garantir a direção do Abrigo de Menores, na capital do estado, aos Irmãos. Na seqüência da carta, fica evidente a surpresa do congregado, pois os Irmãos Maristas não tinham experiência na educação de jovens abandonados e desamparados. Mas parece que isto não vai ser o grande problema, pois em 1940, quando da fundação do Abrigo de Menores, os Maristas já se encontram à frente dessa instituição.

Afinal, jogos de poder praticados por ambas as partes: parece que o governador não via muitas alternativas para a direção da sua construção “monumental”, e por sua vez, os Irmãos Maristas no intuito de conseguirem ter no governo de Santa Catarina um aliado na construção e expansão de sua obra nas terras catarinenses, rendem-se a tal pedido.

Ao analisar a relação entre Maristas e autoridades políticas do estado de Santa Catarina, Riolando Azzi, menciona:

As relações dos Maristas com as autoridades políticas e eclesiásticas do Estado foram tranqüilas. Em geral, os senhores Bispos devotaram grande apreço aos Irmãos e ao seu trabalho apostólico. As autoridades políticas, com freqüência ex-alunos maristas, têm prestigiado a ação educativa dos Irmãos, ainda mais com a precária presença do Estado, no então curso ginasial (AZZI, 1999, p.195).

Na verdade, Nereu Ramos já conhecia bem a pedagogia Marista, levando em consideração que seus filhos estudaram num colégio Marista no Rio de Janeiro. E como bem colocado por Riolando Azzi, o Estado não exercia muita influência no ensino secundário catarinense, tanto é que os oito estabelecimentos de ensino secundário existentes em Santa Catarina eram particulares, e cinco deles estavam nas mãos da Igreja Católica.¹

Os Irmãos Maristas do Ginásio caçadoreense, mesmo sendo estrangeiros, aliaram-se ao governo federal e também estadual, na construção do ideário nacionalista - tanto é que, como se viu na primeira citação, os irmãos abrigavam no seu internato, gratuitamente, onze alunos das colônias italianas. Toda esta formação de cidadãos patrióticos dar-se-á através do currículo escolar proposto e levado a cabo pelos professores, como também nas cerimônias cívicas como o sete de setembro e o dia do soldado.

Disciplinas-saber e nacionalização

O ensino secundário brasileiro passou por uma grande reestruturação a partir do início dos anos 1930, com a Reforma Francisco Campos de abril de 1931².

Entre outras mudanças, esta reforma estabeleceu o regime de seriação, e também a obrigatoriedade da frequência às aulas. Dividiu o ensino secundário em dois ciclos, o fundamental e complementar, com duração de cinco e dois anos, respectivamente³.

A Reforma Francisco Campos organizou e deu unidade ao ensino secundário brasileiro, pois nela se encontravam todas as regras, bem detalhadas, a serem seguidas pelos estabelecimentos de ensino. Acima de tudo, o que garantia o cumprimento dessas medidas era a grande maquinaria de inspeção que a própria reforma previa. Toda esta reorganização estava ancorada no próprio Governo Revolucionário de Vargas, segundo ele a "Revolução havia sido feita para 'sanear o ambiente moral da pátria', para realizar a obra de reorganização moral da República" (HORTA, 1993, p.101).

O Ginásio Aurora, quando da sua fundação em 1934, passou a contar com o Regime de inspeção Preliminar, segundo o Art. 46 da reforma de abril de 1931, que estabelecia: “(...) ficará o estabelecimento em regime de inspeção preliminar por prazo não inferior a dois anos” (BICUDO, 1942, p.16). No entanto, a fiscalização era tão rigorosa que no período em estudo, 1938-1945, o Ginásio Marista não conseguiu obter a fiscalização permanente.

Quem realizava o trabalho de fiscalização eram os inspetores federais, sendo selecionados através de concurso. Pôde-se perceber, através dos relatórios mensais, que o inspetor do Ginásio realizava visitas semanais ao colégio, onde além de assistir as aulas, também controlava o regime alimentar dos alunos e as medidas higiênicas adotadas pelos irmãos. Não se deve esquecer que o então Ministério da Educação e Saúde englobava também a saúde pública.

No Ginásio Aurora, em 1938, a grade curricular se aproximava bastante da prevista pela lei de 1931.⁴

Na verdade, os Irmãos Maristas só não empregaram o alemão, que aparecia no currículo como facultativo. A questão do alemão é curiosa, pois em 1942 com a Reforma Capanema ele já não aparece mais como disciplina do curso fundamental do ensino secundário. Em 1942, o mundo já presenciava a Segunda Guerra e este ano registrava também a entrada do Brasil no conflito. Como o Brasil já vivia sob o espectro da nacionalização, o alemão já vinha sendo suprimido durante a década de trinta, talvez por isso os maristas nem o utilizaram.

No entanto, o inglês e o francês eram empregados como previa a lei. O francês fazia parte da grade curricular da primeira a quarta série e o inglês da segunda a quarta. As três primeiras séries do curso ginásial possuíam quatro aulas semanais de língua francesa e o quarto ano previa três aulas. A língua francesa sempre foi bastante empregada nas escolas secundárias brasileiras desde o império. Esta língua, segundo Dallabrida (2001), foi usada pelas elites brasileiras, por ser considerado o modelo europeu estético mais bem refinado. Todavia, a presença das três línguas européias modernas – alemão,

inglês e francês – no currículo do ensino secundário, é explicada pela forte dependência cultural do Brasil em relação a estes três países europeus.

Entretantes, no Ginásio Aurora, outro fator contribuiu para a forte presença do francês no currículo: a Congregação marista era francesa. Mesmo que houvesse irmãos de outras nacionalidades, a grande maioria ainda era francesa. E então se leva em consideração que o currículo deve ser analisado através dos vários agentes que fazem parte da sua elaboração. Os primeiros documentos relacionados ao ginásio foram redigidos todos em francês, mostrando que de certa forma, mesmo tendo que utilizar o português como fonte de linguagem, os irmãos não aboliram do seu cotidiano a língua de origem.

O francês aparece como matéria obrigatória proposta pelo Ministério da Educação e Saúde, porém a quantidade de aulas e os trabalhos propostos para esta disciplina ficariam a cargo do estabelecimento de ensino. Neste sentido, o corpo docente do Aurora entra em cena apropriando e atribuindo ao francês uma maior importância entre as línguas estrangeiras. Esta apropriação vai ao encontro do que escreve Julia (2001, p.11), “Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens (...)”.

A apropriação marista do currículo também se evidencia nos livros didáticos utilizados no ginásio caçadoreense. Na sua quase totalidade, estes livros eram confeccionados pela Frère Theophane Durand - F.T.D., editora marista. Esta editora foi criada pela Congregação dos Irmãos Maristas no início do século XX, por volta de 1902-1903. Segundo Bittencourt (1993), os livros da F.T.D eram impressos em Lyon, sede da Congregação, o que comprova o fato dos livros didáticos utilizados no ensino secundário brasileiro serem, na sua maioria, europeus.

A instalação da editora F.T.D. no início do século atual, em São Paulo, correspondeu à demanda de obras marcadamente européias, provenientes dos novos colégios católicos

implantados pelas ordens religiosas que se expandiram, especialmente, nas áreas de imigração, incluindo os próprios Colégios Maristas (...) (BITTENCOURT,1993, p.84).

Mesmo que os livros didáticos adotados pelos ginásios fossem europeus, a língua de maior privilégio neste ensino certamente era o português. No Aurora, ele se fazia presente em todas as séries do curso ginásial, da primeira série, onde se ensinava a gramática normativa culminando com aulas de escolas literárias na quinta série. E em todas as classes se incentivava a redação, descrição e dissertação de textos, mostrando a forte presença da técnica de redação.

Diferentemente do que ocorria na Primeira República, o português ganha espaço nos currículos pedagógicos dos anos 30. Dallabrida mesmo escreve,

Na Primeira República, o português não teve grande destaque em relação às outras línguas européias modernas e mesmo em relação às línguas mortas (...) (2001, p.91). A grande ênfase dada ao ensino da língua vernácula, nos anos 30 e também nos 40 do século XX, se justifica pelo intenso projeto de nacionalização posto em vigor no país. A busca por uma unidade nacional, perpassa o uso da língua. Um país com muitos idiomas não seria um país uno.

Luiz Felipe Falcão, ao trabalhar com a nacionalização no Estado de Santa Catarina, escreve sobre a atitude do Interventor Federal, Nereu Ramos, em relação à obrigatoriedade do uso da Língua portuguesa nas escolas:

Entretanto, sua decisão de maior impacto viria a seguir, pelo Decreto-lei 88, de 31 de março de 1938, de acordo com o qual as escolas particulares passaram a necessitar de uma licença prévia da Secretaria do Interior e Justiça, para o que se comprometia a ministrar aulas em português em todos os níveis de ensino a adotar esta mesma língua em todas as suas placas, cartazes e diretrizes internas (...) (FALCÃO, 1998, p.143)⁵.

Como resultado dessa outorga, foram fechados muitos estabelecimentos de ensino pela falta de professores preparados para

ministrarem aulas em português. Assim, houve uma diminuição no número de matrículas e freqüências às aulas. No Aurora, segundo as entrevistas, mesmo os irmãos sendo de outras nacionalidades todos sabiam falar “corretamente” o português (PAGANELLI, 2006 p.4), uma razão a mais para o Ginásio não sofrer as interferências do executivo estadual.

Quando analisa-se o currículo escolar de uma instituição, e é o que se propõem neste momento, tem-se que pensar as intenções veladas por trás de tal documento. Ler nas entrelinhas os dispositivos que tal objeto realmente quer produzir, o currículo é um formador de identidades e subjetividades.

Nesta direção Goodson afirma:

o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele o faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade (GOODSON, 1995, p.10).

Dessa forma, entende-se porque num momento de intenso nacionalismo, o Ginásio Marista passa a dar mais evidência, por exemplo ao português. Todavia, vão entrar no rol das disciplinas patrióticas, também, a História, Música e Educação Física. Programas muito alinhados com os governos estadual e federal, com o intuito de formar uma identidade nacional. No entanto, precisava-se construir primeiro o sujeito patriótico. Essa construção se daria nas escolas brasileiras.

Assim, a construção do cidadão patriótico, no Ginásio Aurora, evidencia-se também nas aulas de história do Brasil, que a partir de 1940 entrou no programa do ensino secundário, como disciplina, sendo desmembrada da História da civilização⁶. Esta matéria era ensinada na quarta e quinta séries do ginásio, sendo que no programa da quarta série estudava-se desde o descobrimento do Brasil até o governo de Pombal, dando bastante ênfase à presença dos jesuítas. A

importância dada ao ensino de História do Brasil tem relação íntima com a construção da nação brasileira; todo povo tem sua história e esta tem de ser contada, principalmente os fatos “importantes” da formação desse povo.

Seguindo a mesma lógica, as aulas de música, que passam a denominar-se ‘canto orfeônico’, entram no currículo como matéria formadora do sentimento de brasilidade. No Aurora, eram os próprios irmãos que dirigiam as aulas de canto. Nessa aula, mais do que ensinar os meninos a arte do cantar, o que se ambicionava era inculcar nos estudantes o amor a pátria através da música. Como escreve Marcelo Téó:

A Construção deste sentimento de brasilidade, da celebração de heróis e feitos heróicos através do entoar de canções e hinos patrióticos visava tatuar no espírito dos alunos de canto um forte sentimento de identificação com a Pátria, além de uma consciência musical autenticamente brasileira, de modo que suas ações futuras estivessem impregnadas destas “paixões cívicas” (TEO, 2002, p.21).

Além das aulas de música, os maristas incentivavam os alunos a cantar o hino nacional todos os dias no início das aulas. Nilson Thomé afirma que “todos os dias, além da oração matinal, era cantado o Hino Nacional em sala de aula” e continua: “Os Irmãos Maristas eram grandes educadores do sentimento pátrio nos seus alunos” (THOMÉ, 1993, p.59-63).

Desde a obrigatoriedade do ensino da educação física, em 1942, os militares tomaram para si a prática desta disciplina nas escolas brasileiras. Na verdade, existia todo um alinhamento de ideologias entre o governo varguista e os militares. Com o imaginário de defender o Brasil do inimigo externo em caso de uma guerra, ou mesmo interno – comunistas e estrangeiros – inculcar-se-á nos discursos oficiais a importância da formação de um contingente de “soldados” prontos para proteção da nação.

Estes futuros soldados seriam formados nas escolas brasileiras, tanto primárias quanto secundárias, e os professores de Educação

Física se encarregariam desta tarefa. Nesta direção, em 1939 torna-se obrigatória a instrução pré-militar para alunos menores de 16 anos, sendo que todo estabelecimento de ensino primário, secundário ou profissional seria obrigado a criar e manter uma escola de Instrução Pré-Militar, como escreve Baia Horta:

Os militares contentar-se-ão com duas iniciativas bem mais limitadas, a serem realizadas sob sua iniciativa e direção: a implantação da educação física escolar e a extensão da Instrução Pré Militar aos alunos menores de dezesseis anos, inscritos nos estabelecimentos de ensino primário e secundário (HORTA,1993, p.30).

No Ginásio Aurora, a Instrução militar foi seguida a risca, e na verdade os alunos já tinham algum conhecimento militar, já que o Batalhão do Tiro de Guerra funcionava anexo ao Ginásio. Na Figura 1, vê-se os 'soldados' do Tiro de Guerra, todos fardados; nas fileiras deste batalhão se encontravam alguns alunos do ginásio Aurora.

Figura 1: Batalhão do Tiro de Guerra anexo ao ginásio



Fonte: Arquivo pessoal de Nilson Thomé

O ex aluno Ângelo Barrichello, ao ser perguntado sobre o ensino de Educação Física, lembra:

Era difícil. Inclusive era obrigado durante a guerra, todo ginásiano, não interessava a idade, fazer um curso pré-militar. A gente praticava a marcha, progressão militar, montar e desmontar fuzil, e não importava a idade. Então, o cidadão ao receber esse certificado ele podia servir ao exército, mesmo não tendo 18 anos. Chamava-se CIP, Centro de Instrução pré-militar. Por isso eu comecei a fazer Tiro de Guerra com 16 anos (BARRICHELLO, 2006, p.2).

A implantação de centros de Instrução Militar nas escolas brasileiras possuindo um caráter totalmente autoritário, justificava-se pelo constante imaginário do “perigo inimigo”. No primário, o uso de armas não era empregado, mas as regras de disciplina, hierarquia e organização do exército já se faziam presentes nas aulas de educação física. Para Horta (1993, p. 64), a “preparação militar pode ser apontada como uma das principais razões pelas quais uma determinada sociedade integra em maior ou menor grau, a educação física em seu sistema educativo”.

De tal sorte que, naquele momento histórico, a Educação Física realmente serviu como uma preparação militar, não se restringindo somente ao culto ao corpo. Esta disciplina formou os soldados para a pátria, ainda jovens meninos, que com 12 e 13 anos já aprendiam a lógica da guerra, o montar e desmontar fuzil. Iriam eles usar tais ensinamentos? Ou era essa só mais uma estratégia utilizada pelo Estado para manter a população em estado de alerta permanente e justificar assim algumas medidas de caráter autoritário.

A política de nacionalização do Estado brasileiro, além de contar com os militares, teve na Igreja Católica uma forte aliada. Getúlio Vargas chama para luta pela reorganização do Estado “todas as forças morais do país”, nesse sentido, a igreja era uma destas forças, em virtude de ser o Brasil, naqueles tempos, um país predominantemente católico.

Em 1889, com a proclamação da República, o Brasil torna-se um Estado laico, assim, a Igreja Católica perde espaço no campo

educacional, sendo que as escolas públicas passam a ser administradas por leigos. Durante os primeiros anos republicanos, a Igreja - não vendo outra forma de se fazer presente na educação - luta pela obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas brasileiras.

Fato que só irá se concretizar nos anos 1930, com a crise do estado oligárquico. Nessa época, a Igreja novamente vai reavendo seu espaço, tendo como aliado o então ministro da Educação, Francisco Campos. A lei orgânica do ensino secundário, de 1931, ainda não faz menção ao ensino religioso, todavia, a lei de 1932, no Capítulo I, referente aos cursos, inclui um Parágrafo único que registra que os estabelecimentos de ensino secundário poderão ministrar o ensino facultativo de algumas disciplinas entre elas a religião.

Francisco Campos sempre esteve bem alinhado com o poder clerical e atribui à desorganização do Estado brasileiro a inexistência de uma doutrina forte, na verdade, a falta da presença da religião católica nas bases do governo. Assim, o ministro se apóia no poder conferido à Igreja Católica para a construção de uma nação una e forte. Por isso, pode-se dizer que o processo de nacionalização brasileiro também foi católico.

Já na Lei Orgânica do ensino secundário, elaborada por Gustavo Capanema em 1942, aparece um capítulo exclusivo para a educação religiosa, registrando que o “ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência”(..., 1942, p. 183). Dessa forma, a igreja busca controlar a educação brasileira, sendo que a obrigatoriedade do ensino religioso dar-se-á também no curso primário.

No Ginásio Aurora, as aulas de religião eram diárias, e o sábado à tarde era reservado ao culto a Maria, padroeira da Congregação Marista. Na verdade, todo o colégio revestia-se de uma aura religiosa, os santos estavam presentes no dia a dia dos alunos, a reza também era diária, tudo convergia para a religião, os próprios irmãos se vestiam a caráter.

A igreja, afinada com os ideais autoritários do governo estadonovista, utilizou as aulas de religião para a formação moral da

juventude, e sobremaneira para justificar o próprio regime autoritário. Compreende-se assim a volta do ensino religioso às salas de aula brasileiras.

Julia nos diz que “a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações que ela mantém com o conjunto de culturas que lhe são contemporâneas: a religiosa, política ou popular” (JULIA, 2001, p.10). É nesse sentido que se entende a ênfase dada a disciplinas como História do Brasil, Canto Orfeônico, Português e Educação Física.

Eram estas as matérias a que o governo estadonovista atribuía o papel de formadoras do novo cidadão brasileiro. Este deveria cultivar os grandes homens de sua terra; ainda precisaria saber todas as canções acerca da grandeza de seu país, essas canções eram os hinos; o cidadão brasileiro obrigatoriamente se expressava através da Língua portuguesa, seu único vocábulo; e um cidadão virtuoso era também um bom soldado pronto para defender a sua pátria.

Festas cívicas

Durante o ano de 1940 registraram-se oito pausas no calendário do Ginásio Aurora. As festas se alternavam, podendo ser de ordem religiosa, ou feriados oficiais. No entanto, naquele ano e nos demais que compreendem o período estadonovista, os feriados cívicos se sobrepuseram em relação a outras festividades. Comemorava-se o dia de Tiradentes, o dia do soldado, o dia da independência e o dia da Bandeira.

O ano letivo iniciava em março e se estendia até o final de novembro, nove meses, portanto, de intenso trabalho. Nesta lógica, além das duas semanas de férias em junho, os feriados e dias festivos proporcionavam uma quebra do ordinário. Essa pausa, revitalizava os alunos, já que nesses dias outras atividades eram praticadas dentro do colégio.

Todavia, em relação as festas cívicas, além de um dia de pausa nos estudos, estas datas também serviam para reavivar nos alunos

certos nomes e acontecimentos importantes para a pátria brasileira.

Segundo Jaime de Almeida, comemorar significa:

como indicam os dicionários, lembrar juntos, relembrar algum acontecimento ou vulto do passado, coletivamente e de alguma forma ritualizada ou cerimonial, diferentemente do simples ato individual de lembrar (ALMEIDA,1990, p.95).

Essas comemorações coletivas, que se avivavam nos desfiles pátrios, serviam justamente para construir um universo como totalidade, a grosso modo, era essa a proposta da campanha nacionalista, a construção de um sentimento de unidade nacional.

O feriado da independência era precedido de uma semana de preparativos, existia até uma comissão na cidade responsável pelo bom andamento do desfile, os irmãos sempre se faziam presentes na organização dos eventos. Em 1940, as festividades iniciaram no dia quatro de setembro, que foi comemorado como o dia da juventude, incluindo jogos no ginásio e desfiles dos colégios da cidade. No entanto, era no dia sete que a cidade se embandeirava para presenciar o desfile pátrio.

Desde cedo, a programação previa o hasteamento da Bandeira Nacional em todas as casas comerciais da cidade. Às nove horas, missa campal no Ginásio Aurora, antes do início da celebração litúrgica, cantava-se o Hino Nacional. Terminada a missa, alguns discursos eram proferidos, e em seguida iniciava-se o desfile. O Ginásio era o ponto de concentração de todos os pelotões, que seguiam marchando até a Prefeitura Municipal. Era nessas solenidades que o colégio se mostrava para a população caçadoreense, o ginásio abria as suas portas e participava das sociabilidades extra muros do ginásio, sobremaneira os alunos internos, que permaneciam boa parte do ano letivo dentro dos limites do prédio escolar.

Figura 2: Desfile de sete de setembro, década de 40



Fonte: Arquivo pessoal Nilson Thomé.

Nas ruas de ‘chão batido’, os escolares saíam marchando com seus uniformes de gala, percorrendo as ruas principais da cidade. Vê-se ainda, no lado esquerdo da Figura 2, dois irmãos maristas vestidos com suas batinas pretas, acompanhando o desenrolar do desfile. É possível perceber, também, a marcha perfeitamente alinhada do primeiro pelotão de ginásianos, resultado de um intenso treinamento nas aulas de educação física.

Figura 3: Ginásianos em frente à Prefeitura Municipal



Fonte: Arquivo pessoal Nilson Thomé.

Na figura 3, os escolares já se encontram em frente a prefeitura e é possível ver quatro estudantes segurando o retrato de Getúlio Vargas. A fotografia do presidente era objeto bastante presente nos desfiles nacionais daquele período, provando que, na verdade, a figura central do regime era o próprio presidente, era ele que deveria ser evidenciado e aclamado pela população brasileira. Sua importância se sobrepunha até mesmo ao dia da pátria, afinal a quem a população caçadorenses estava aclamando? À pátria ou seu governante? Seriam essas duas personagens figuras distintas ou, naquele momento histórico, vistas como indissociáveis? Em verdade pode-se pensar que o sucesso da política estadonovista, dependia, sobremaneira, da justaposição desses dois figurantes: pátria e Getúlio Vargas.

O ex-aluno Ângelo Barrichelo lembra da importância atribuída ao Presidente Vargas naqueles tempos de ginásio: “então nós carregávamos as fotografias do Getúlio. Eu lembro que numa exposição cada aluno tinha que apresentar um quadro e eu pintei o Getúlio” (BARRICHELO, 2006, p.5).

Alcir Lenharo chama atenção à importância dada à figura de Vargas durante o Estado Novo, principalmente a imagem da cabeça de Getúlio, como é possível perceber no retrato erguido pelos escolares na Figura 3. O modelamento da cabeça de Vargas seguia uma certa razão:

O lado humano não era negligenciado: Vargas surge sempre sorridente, jovial, confiante. Entretanto, é mais constante nessa composição o casamento de perfis derivados da excepcionalidade de sua pessoa com os perfis de homem público, desdobrados ao político capaz e reformador social (LENHARO, 1986, p.193).

Na comemoração do dia da Pátria de 1940, no período da tarde, foi realizado um programa esportivo organizado pelo sargento do tiro de guerra, as atividades esportivas aconteceram no campo do Ginásio Aurora. Entre as brincadeiras destacaram-se: bola militar, corrida rasa, corrida de saco, corrida de ganso, salto em altura e em distância e com varas e cabo de guerra. Toda a cidade se fazia presente na tarde esportiva e as brincadeiras eram oferecidas para as crianças e jovens, entre eles os ginásianos.

Em 1942, o dia da Pátria teve uma maior comemoração, devido ao fato de que o Brasil entrara na Guerra ao lado dos países aliados. Até mesmo a assistência foi maior do que nos anos anteriores. Essa solenidade contou ainda com o discurso do Irmão Marista Paulo Salvio, que com o ‘verbo equilibrado’, colheu grandes aplausos. Os irmãos, além de participarem da organização dos festejos, sempre discursavam e enalteciam as glórias do Brasil.

Outra comemoração anual em que o Batalhão do ginásio sempre se fazia presente era referente ao Dia do Soldado, comemorado em 25 de agosto. Nesta data também se enfatizava a figura do ‘maior

soldado brasileiro' Duque de Caxias. Os meninos do Aurora aprendiam a respeitar e a guiar-se nas ações de tão importante cidadão brasileiro, que havia levado o país à vitória na guerra do Paraguai. Na verdade, Duque de Caxias é o patrono do exército brasileiro, por isso essa figura era tão reverenciada, haja vista que o professor de Educação Física era sargento do exército.

A importância dada à figura do soldado vai ao encontro de todo o processo de inculcação do regime Vargasista, que pregava o constante estado de defesa em que deveria permanecer a população. Principalmente os ginásianos, futuros soldados da pátria, que sendo formados nos institutos de instrução Pré-Militar, deveriam estar a postos a qualquer sinal de perigo.

Todavia, o que se pode notar é que todas essas comemorações cívicas também continham celebrações católicas. Todos os desfiles eram antecedidos por uma missa, os padres e, no caso de Caçador, os Irmãos Maristas, compunham o palanque das autoridades locais. O que corrobora a idéia de que a nacionalização brasileira foi intensamente apoiada e defendida pela Igreja Católica.

Esse hibridismo, Igreja – Estado, presente nas festas cívicas é resultado da grande aproximação ocorrida na década de 1930 entre o Clero católico e o novo regime. A construção do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, mudando a paisagem oficial da República, como também a adoção de Nossa Senhora Aparecida como a padroeira do Brasil, reconhecida pelo presidente Vargas, são fatos que comprovam essa aproximação.

Além dos desfiles cívicos, os ginásianos também eram incentivados a participar de campanhas de caráter nacionalista. Baia Horta (1993), que trabalhou com a educação no Brasil durante os anos de 1930 à 1945, analisa a discussão do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em relação a distinção entre os níveis de ensino primário e secundário, quanto a questão do patriotismo. Para Capanema, o ensino primário seria construtor do 'sentimento patriótico', e, por sua vez, caberia ao ensino secundário a formação da 'consciência patriótica', sendo no entender de Capanema um

assunto mais complexo. De tal sorte, o ensino secundário se transformaria no ensino patriótico por excelência. O destino da nação estava nas mãos dos jovens secundaristas, eles seriam os futuros dirigentes do país, a eles caberia a propagação das idéias nacionalistas, eram eles que deveriam compreender os problemas brasileiros bem como saber lutar contra os perigos que assolavam a nação.

Nesta luta para defender a pátria querida, foram realizadas campanhas nacionais entre a juventude brasileira, como a “Campanha da Borracha” em 1943 e a “Campanha do Alumínio”. A cidade de Caçador se mobilizou no intuito de obter a maior quantidade possível destes objetos, que seriam utilizados pelo exército brasileiro na confecção de aviões.

Na figura 4, os colegiais da cidade, entre eles os alunos do ginásio, mostram com orgulho os pneus que conseguiram arrecadar. Uma campanha que movimentou toda Caçador, mas que evidenciou, na verdade, o trabalho dos alunos.

Figura 4: Alunos do Ginásio Aurora na Campanha da Borracha 1941



Fonte: Arquivo pessoal Nilson Thomé.

O governo federal chamou à mocidade o dever de ajudar a nação através de campanhas como esta da borracha e do metal. No entanto, a arrecadação desses objetos, mais do que servir para a construção de aviões, se é que realmente o foram, contribuía sobremaneira para manter a população em estado de alerta permanente. E ajudava, acima de tudo, na construção de cidadãos patrióticos, que serviriam de exemplo para gerações vindouras, como ressalta o jornal

Daremos logo que chegue às mãos a lista dos escolares que atendendo o apelo patriótico da nação, devem ter seus nomes esculpidos em letras de forma, para que sirvam de exemplo às gerações vindouras (CAMPANHA...,1941,p.4).

Contudo, os feriados nacionais, espetacularizados, serviam para a construção da nacionalidade e do patriotismo, não só dos alunos ginásianos, mas também da própria população caçadoreense. Essas solenidades existiam, principalmente, para a conservação do regime estadonovista. Eram nesses espetáculos de amor à pátria que as políticas impostas por Vargas mostravam seu resultado. Nessa direção, os Irmãos Maristas cumpria o seu dever enquanto formadores, atribuindo ao currículo do Ginásio Aurora um caráter extremamente patriótico.

Além disso, as festas e feriados mostravam o Ginásio à cidade. Permitiam que os ginásianos entrassem em contato com os moradores de Caçador, principalmente nas tardes esportivas realizadas no estádio do Aurora, reunindo boa parte da população local. Nesse momento, autoridades e município podiam ver a grandeza do seu ginásio e quão importante este era para o engrandecimento da cidade.

Notas

* Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina- UDESC. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina na linha de pesquisa: Educação, História e Políticas. Bolsista do CNPq.

¹ Em Santa Catarina até 1930 o único colégio secundário equiparado ao Ginásio Pedro II do Rio de Janeiro era o Ginásio Catarinense. Entre 1930 e 1950 além do Colégio Catarinense só existiam sete colégios no Estado que ofereciam o ensino secundário: Ginásio Santo Antônio (Blumenau), Ginásio Diocesano (Lages), Ginásio Bom Pastor (Joinville), Ginásio Lagunense (Laguna), Ginásio Coração de Jesus (Florianópolis), Ginásio Barão de Antonina (Mafra) e o Ginásio Aurora (Caçador). O Aurora foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário do Oeste Catarinense. TRIDAPALLI, A. L. Bons Cristãos e Virtuosos Cidadãos: Cultura Escolar Marista no Ginásio Aurora (1938-1945) In: DALLABRIDA, N.; CARMINATI, C. J. (orgs.) O Tempo dos Ginásios: O ensino secundário em Santa Catarina (Final do século XIX - meados do século XX). 1 ed. Campinas, SP: Letras Contemporâneas, 2008.

² Francisco Campos era na época o ministro da Educação e Saúde Pública, este ministério criado por Getúlio Vargas.

³ Durante o Estado Novo no Ginásio Aurora só funcionava o curso fundamental, que também podia ser chamado ginásial.

⁴ Ver Fonte: BICUDO, J. De C. O ensino secundário no Brasil a sua atual Legislação. São Paulo: DEDALUS, 1942.

⁵ A respeito da nacionalização do ensino no Estado de Santa Catarina ver: MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do Ensino. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. e CAMPOS, Cintia Machado. Controle e Normatização de Condutas em Santa Catarina (1930-1945). Mestrado em História PUC. 1992.

⁶ “A inclusão da História do Brasil como disciplina autônoma no currículo do ensino secundário fora determinada por Portaria do Ministro da Educação, em março de 1940. Com efeito, até aquela data a História do Brasil era estudada dentro do programa de História Geral” (HORTA, 1993, p. 181).

Referências:

ALMEIDA, Jaime de. Festas, civismo e memória da República. In: **Revista Catarinense de História**. Ano I nº 1. Florianópolis, 1990.

ANAIS do Ginásio Aurora. 1938 a 1945.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil: a expansão da obra de Champagnat no Brasil**, v.3. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 1999.

BARRICHELO, Ângelo. Entrevista concedida à Ana Laura Tridapalli e Fernando Leocino da Silva. Caçador, 26.mar.2006.

BICUDO, J. De C. **O ensino secundário no Brasil a sua atual Legislação**. São Paulo: DEDALUS, 1931.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Universidade de São Paulo, 1993. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

CAMPANHA do Alumínio. **A Imprensa**. Caçador, n.º 134, 12.out.1941.

CORRESPONDÊNCIA expedida para o Interventor do Estado de Santa Catarina, pedindo a subvenção dos anos anteriores de seis contos de reis – 6.ago.1941.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DECRETO- LEI N. 4.244. **Lei Orgânica do ensino secundário**. 09.abr.1942.

FALCÃO, LUIZ FELIPE; IOKOI, ZILDA MARCIA GRICOLI; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. 1998. 343 f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de História, Faculdade de Filosofia.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação. S.B.H.E. (Janeiro/junho n.º 1) Campinas Editora Autores Associados.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas- 2ª ed. SP: Papirus, 1986.

SOARES, L. B. **Colégio Bom Jesus: nacionalização e resistência em dias de guerra (1937-1942)**. Simpósio Muitas Faces de uma Guerra, Florianópolis, 2005.

PAGANELLI, Domingos. Entrevista concedida à Ana Laura Tridapalli e Fernando Leocino da Silva. Caçador, 25.mar.2006.

RAISEL, Izaltino. **A Era Mosconi na História de Caçador**: Estudo sobre a vida e a obra do casal Dante e Albina Mosconi no campo da Educação – Marco na História de Caçador: FEARPE, 1984.

RELATÓRIO informativo de visita do Irmão Provincial a Florianópolis – 1938.

TEO, Marcelo. **O musicar das ordens**: A trilha sonora disciplinar do Estado Novo em Florianópolis. Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

THOMÉ, N. **Colégio Aurora** – Uma visão Histórica. Caçador: Prefeitura/INCON Edições,1993.

Abstract

This article has as central argument the school class culture practiced in the Ginásio Aurora for the Marists Brother's between the years 1938 to 1945. This Period known as new state has been characterized by a nationalist politics. The Marists Brother's although their curriculum put in practice this politics whose school shows an approach with the federal and provincial governments. This approach could be verified by the introduction of news disciplines as Brazilian history, orfeonic songs, religion and physical education as also for the big worrying in civil party's organizations as the seven of September and de soldier's day.

Keywords: Nationalism; School Culture; Marists Brother's; Ginásio Aurora.

